



Um dia, quem sabe? A educação e a construção do grande Estado único do Rio de Janeiro

Yolanda Lima Lobo* e Lia Faria**

Resumo – Analisam-se os contextos históricos em que se produziu a idéia de criação do grande Estado único do Rio Janeiro, que surge em 1975 com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, como uma imposição do regime de exceção vigente no Brasil desde 1964. Focalizam-se os principais argumentos que sustentam a construção dessa nova unidade da Federação, apontam-se seus cartógrafos e se esclarece como se construiu o mito do fabuloso Estado do Rio de Janeiro, pólo de desenvolvimento econômico. Examina-se o papel atribuído à educação e à estrutura administrativa da Secretaria de Educação e Cultura, fundamentada na descentralização, na experimentação, no princípio racional da divisão do trabalho e na distribuição de funções pelo princípio da meritocracia. Apesar de seu caráter aparentemente irreversível, a fusão permanece como um dos temas em torno dos quais se travam conflitos na busca da definição dessa nova identidade política.

Palavras-chave: fusão; Estado da Guanabara; Estado do Rio de Janeiro; educação pública fluminense.

Introdução

Não levarão daqui a nossa vasta baía, as nossas grandezas naturais e industriais, a nossa Rua do Ouvidor (...). Cá ficará o gigante de pedra, a bela Tijuca, descrita por Alencar em uma carta célebre, a Lagoa de Rodrigo de Freitas, a enseada do Botafogo, se até lá não estiver aterrada, mas é possível que não; salvo se alguma companhia quiser introduzir (com melhoramentos) os jogos olímpicos, agora ressuscitados pela jovem Atenas... Também não nos levarão as companhias líricas, os nossos trágicos italianos. (...) apenas os dividiremos com São Paulo, segundo o costume de alguns anos. Quem sabe se até um dia... Tudo pode acontecer. Um dia, quem sabe? Lançaremos uma ponte entre esta cidade e Niterói, uma ponte política, entenda-se, nada impedindo que também se faça uma ponte de ferro. A ponte política ligará os dois Estados, pois que somos todos fluminenses, e esta cidade passará de Capital de si mesma a Capital de um grande Estado único, a que se dará o nome de Guanabara.

Machado de Assis
Crônica d'A Semana, 1896

* Professora do CCH/UENF e Coordenadora do Núcleo de Memória da Educação Fluminense.
E-mail: volalobo@uenf.br.

** Professora da Faculdade de Educação da UERJ. Ex-Secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro.
E-mail: liafaria@terra.com.br.





Escola Estadual Não Pensei

Em seus fundamentos ético-antropológicos, desde seus inícios, a cidade do Rio de Janeiro assinala um ponto de partida, uma invenção, já que nela a vida social e as relações entre os homens assumem uma forma nova, com características exclusivas, formando um contraste com as outras unidades federativas do país que, embora delas se diferencie, procuram com ela se identificar. O que faz dessa cidade-capital-estado uma comunidade de vida espiritual são o seu modo de vida, seus ritos e mitos, que formam a consciência de seus cidadãos e inspiram seus comportamentos: os cariocas.

Em um primeiro momento, a idéia de construção do grande Estado único do Rio

de Janeiro surge associada à transferência da capital para a região central do Brasil, tique-taqueando obstinadamente em vários momentos da história, no bardo inconfidente; na imprensa, com Hipólito da Costa; na Assembléia Constituinte de 1823, com José Bonifácio; até despertar do sono e se firmar na Constituição de 1891, com a demarcação de uma área no Planalto Central para a nova capital do Brasil. Buscavam-se na geopolítica os argumentos que sustentavam a transferência da capital para o interior do país, os quais podem ser assim sintetizados: a intrincada geografia física da cidade do Rio de Janeiro tornava difícil a permanência da capital em seu território.



Cercada pela Serra do Mar, com uma única saída, a marítima, a comunicação entre o poder central e as unidades federativas tinha obstáculo geográfico e custoso, impossível de ser superado. Aparentemente, tais argumentos não convenceram, de imediato, as autoridades brasileiras, uma vez que a transferência da capital para Brasília somente viria a acontecer em 1960, no governo de Juscelino Kubistcheck.

Capital de si mesma, como vaticinou Machado de Assis, a cidade do Rio de Janeiro apresenta-se, então, como uma cidade-Estado, da Guanabara, mais autônoma, permanecendo, ainda, como centro político que alimentará o país. No interior da antiga capital da República, a atuação dos diferentes grupos políticos locais repercutia em todo o país, fazendo-se sentir indiretamente a sua ação ou influência, nacionalmente, no mundo político. A densidade política da cidade-estado causa preocupação às autoridades militares que assumem o poder em 1964. A partir de então, opera-se um reordenamento político que repudia a competição democrática, o pluralismo partidário, dispensando os partidos políticos como ligação entre a sociedade civil e o Estado.

Os militares optam por um relacionamento de apoio técnico entre o estado e os grupos sociais como fiador da ordem autoritária que se instala, em vez do relacionamento estruturado em alianças com grandes grupos sociais, para preparar a estrutura institucional adequada à deflagração do novo

surto de progresso. Isto incluiu a modernização da economia, isto é, do aparelho de produção, com a elevação do nível técnico, e, conseqüentemente, da gestão política do Estado, que passou a ser o centro das decisões sobre política econômica, formulando e executando programas de desenvolvimento, por meio do planejamento econômico. O planejamento será o instrumento utilizado para estabilizar e reconciliar objetivos conflitantes e promover a integração de programas de ação do poder central. No plano político, porém, era preciso eliminar oposições e alianças frágeis que colocassem em risco o projeto de desenvolvimento econômico. No curso da história política brasileira, a cidade-Estado da Guanabara, enquanto alimentada por tensões e conflitos, mostra-se carregada de fermentos capazes de promover a abertura para o novo e para a mudança dos próprios equilíbrios sociais e isso a afastava da doutrina que servia de base ao regime militar vigente. No momento em que se evidenciava o desgaste desse regime, na primeira metade da década de setenta, no governo do presidente Geisel, surge a idéia de construção de um grande Estado único do Rio de Janeiro, com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

No conjunto de medidas implantadas durante esse governo, define-se a urgente necessidade de reequilibrar as forças políticas do Estado da Guanabara, dado o caráter nacional de oposição dessas forças, como



requisito para o equilíbrio econômico. Nesse sentido, firma-se a convicção da fusão como instrumento para o desenvolvimento econômico e social. Ao elaborar o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) o governo define a política nacional de desenvolvimento orientada pelo princípio da *multipolarização*, no sentido de promover o necessário equilíbrio da atividade econômica, evitando tanto a sua excessiva concentração quanto a sua dispersão. Essa idéia de equilíbrio da atividade econômica refletia a preocupação específica do Governo Federal com o eixo Rio de Janeiro - São Paulo - Belo Horizonte. Desta forma, coloca-se como condição fundamental consolidar, no Rio de Janeiro, o segundo pólo econômico nacional, tornando consistente a idéia de integração administrativa e política dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Em 1º de julho de 1974, o presidente Ernesto Geisel sanciona a Lei Complementar nº 20 que regula a criação de novos estados e territórios e fixa disposições para a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro.¹

É possível criar o já existente? A invenção de um grande Estado único da Guanabara imaginado por Machado de Assis poderia vingar no Rio de Janeiro? Somos todos fluminenses, a partir da fusão? Quem são os cartógrafos que tracam o fabuloso novo Estado do Rio de Janeiro? Como se construiu o mito do Rio de Janeiro como pólo de desenvolvimento econômico?

Em que medida a educação poderia proporcionar o desenvolvimento? Estas são questões que merecem a reflexão que se segue.

A invenção do grande Estado único do Rio de Janeiro

Começa a fantasia daquela expectativa pela meta de que o novo Estado do Rio, pela multiplicação das potencialidades carioca e fluminense, sobrevirá como um pólo que já permite a previsão de alcançar, no final do decênio, os níveis de produção realizados atualmente pela economia de São Paulo. O que é um despaupertério, primeiro, porque nunca seria possível mais do que duplicar a produção e o padrão de vida do novo Estado para igualá-lo a São Paulo em 10 anos; segundo, porque São Paulo é São Paulo porque a natureza o fez assim. (...) A "fusão" não tem o dom milagroso de melhorar a qualidade das terras, de aumentar as safras, de acelerar a produtividade de expandir o comércio, de melhorar a saúde e a educação. A palavra PÓLO tem servido para tratar problemas econômicos sérios com fórmulas literárias. Se toda a fusão criasse um pólo mais forte, deveríamos adotar a República Unitária, seguindo até a unificação da América latina. ... a inteligência brasileira merece um pouco mais de respeito.

Eugenio Gudín
O Globo, 05/07/1974

As palavras de um dos ícones da escola de formação econômica da Fundação Getúlio Vargas, Eugenio Gudín, expressam a perplexidade do eminente professor com os argumentos que dão substância à construção do novo Estado do Rio de Janeiro, tal como aparecem em documento produzido pela Federação das Indústrias



Araújo da Care



Escola Estadual Não Pensei

da Guanabara e no II Plano Nacional de Desenvolvimento.

Os principais elementos para a construção do Estado único do Rio de Janeiro surgiram durante o seminário realizado em 1969 pela Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (Fiega), cujos resultados foram publicados naquele mesmo ano. Analisando o documento da Fiega, Riff (1995) agrupa os argumentos que sustentam a invenção do novo estado em cinco grupos: geográfico, administrativo, geopolítico, legais, político e o da segmentação da Região Metropolitana.

Reaparece aqui o argumento geográfico que serviu de esca à transferência da

capital para Brasília, sob a denominação de continuidade territorial, agora defendido pela Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, que alegava a necessidade de unir-se as duas unidades federativas, a fim de evitar o insulamento da Guanabara, pela sua integração ao Estado do Rio de Janeiro. Em documento que analisa o desempenho da economia desse Estado no período 1939/1965, a Fiega aponta o esgotamento do setor terciário, predominante na economia da Guanabara, que se agravava com a transferência da capital para Brasília, como um problema que somente se resolveria pela fusão dos dois estados. Acreditava-se que o próprio desenvolvimento



industrial da Guanabara estava ameaçado pelas “deseconomias de aglomeração”. Segundo os autores do documento, haveria falta de espaço físico para a localização adequada de novos pólos industriais na Guanabara. Em vista disso, as indústrias procuraram fixar suas instalações na fronteira – Baixada Fluminense – beneficiando-se não somente da proximidade de um mercado consumidor, mas, principalmente, da oferta de terrenos mais baratos, custo menor de mão-de-obra e nível mais baixo de impostos oferecidos pela Baixada. Em muitos casos, afirma Riff (1969, p.5), “as empresas instalavam suas fábricas na Baixada e mantinham a sede (e o comando financeiro e administrativo da empresa) na Guanabara (FNM e Petrobrás, em Duque de Caxias; estaleiros, em Niterói e São Gonçalo).” Em vista disso, a Fiega considerou que a fusão viria apenas referendar algo que já estava em curso.

Um outro argumento, de natureza administrativa, apontava como causa principal da estagnação da economia carioca a desarticulação entre a cidade e seu *hinterland*:

Removida a barreira político-administrativa é possível restabelecer o equilíbrio cidade-região, do qual depende, fundamentalmente, o desenvolvimento regional. Assim, poder-se-á melhor organizar o espaço econômico, sem a competição que foi prejudicial a ambos os estados, e sem a duplicação que está influenciando negativamente na eficiência regional (Riff, 1995, p.6).

Era preciso, pois, fazer desaparecer os obstáculos político-administrativos, como requisito para o planejamento do desenvolvimento da região metropolitana e maior integração entre agricultura e indústria, de modo que a Guanabara não só pudesse constituir-se grande mercado para os produtos da agricultura fluminense como também o Rio de Janeiro ampliasse a demanda por bens manufaturados da indústria carioca com a formação do novo estado.

A fusão proporcionaria, ainda, melhor integração entre o maior centro de produção do país (São Paulo) e o segundo maior núcleo consumidor (Guanabara) pela incorporação do território fluminense ao da cidade-Estado da Guanabara.

Riff (1995) aponta a visão “industrialista” orientadora do progresso econômico e a excessiva confiança no caráter quase automático dos efeitos positivos que a fusão teria na economia do novo estado presente naquele documento. Ressalta, ainda, como o Poder Executivo orienta-se pelo estudo da Fiega para fundamentar o projeto da fusão, que nasce na Fiega e toma forma com o projeto do governo encaminhado ao Congresso Nacional. É, portanto, da Fiega a cartografia da fabulosa e real construção do novo Estado do Rio de Janeiro.

A idéia de progresso (desenvolvimento) constitui um dos elementos principais da invenção do novo estado, idéia essa elaborada em 1969, período que Campos





(1974) havia denominado “era do triunfalismo” no Brasil, gerando esfuziantes fantasias de nossas possibilidades e recursos. Paradoxalmente, é este documento que vai fundamentar o projeto da fusão, em 1974, quando “começam a piorar as perspectivas cambiais e a inflação reprimida produzia sérias distorções na economia”.

O documento da Fiega impressiona porque descreve o novo estado como *novo* e *outro*. O *novo* é o desconhecido para cariocas e fluminenses, expresso no documento como possibilidades de progresso vistas pela primeira vez, fotografadas pelas lentes “industrialistas”. É *outro*, porque diverso do antigo (velho) e estagnado Estado do Rio de Janeiro e diferente da extenuada e esgotada Guanabara. É *outro*, porque criado com atributos capazes de formar uma das extremidades do eixo imaginário que executa o movimento do progresso. *Outro*, porque *pólo*, fonte e força geradora do desenvolvimento econômico.

Essa *nova* identidade, contudo, não seria aceita pelos cariocas que nela não se reconhecem, dado o seu caráter autoritário, que exprime um modo de funcionamento da política que contrasta com aquele que lhes é próprio. Segundo Motta (2001 p.30), a população da Guanabara percebia a fusão como uma medida para esvaziar a densidade política da cidade: “O fato de ter perdido, sucessivamente, o estatuto de capital federal e de estado federado foi sentido por boa parte da população carioca como uma

‘dunhalada’ e a fusão percebida como uma iniciativa que visava ‘esvaziar’ a densidade política da cidade”.²

Ora, na elaboração mítica do grande Estado do Rio de Janeiro a questão político-partidária assume uma relevância fundamental. Considerava-se de importância essencial proceder a retirada do fermento político que alimentava o país, pela atuação dos grupos políticos locais, notadamente os da Guanabara, dado o seu caráter contestador ao regime militar. Constrói-se o outro elemento constitutivo da invenção do grande Estado: a elaboração jurídico-militar da figura do governador. Segundo Motta (2001, p.34), a escolha do governador da fusão não poderia ser feita por critérios político-partidários,³ porque o indicado “não deveria ter amarras no passado, compromissos no presente e nem expectativas para o futuro”; entendia-se que o governador da fusão deveria compreender e assumir a tarefa de realizá-la como uma “missão”, cujo sucesso dependeria da ação do “comandante”. Assim é que o indicado para assumir o cargo, Almirante Faria Lima, refere-se ao convite que lhe fez o presidente Geisel para assumir o governo do novo Estado do Rio de Janeiro como “uma convocação”:

Na verdade, foi mais uma convocação. (...) quando recebi ordens para ir imediatamente a Brasília (...) fui ao encontro do presidente Geisel. (...) ele praticamente me convocou para ser o governador do novo estado.



Disse-me ele: 'Eu tinha vários candidatos, mas não tem jeito, vai ser você' (Faria Lima, *abud* Motta e Sarmiento, 2001, p.29).

O almirante Faria Lima assume o compromisso de governar o novo estado, uma vez que se encaixava naquele perfil de dirigente sem “amarras no passado, compromissos no presente e nem expectativas para o futuro”. Para tanto, escolhe seu secretariado por critérios técnicos e apolíticos, o que desagradava profundamente os erudos políticos locais: “É unânime o coro de declarações... sobre o ‘caráter apolítico e apartidário’ do governo de Faria Lima. O anúncio em 1º de março de um secretariado eminentemente técnico e apolítico foi tema do editorial do *Jornal do Brasil...*” (Motta, 2001, p.35).

O novo estado torna-se realidade, na forma da lei. Importa, agora, saber em que medida a idéia do fabuloso progresso materializar-se-á.

Acabou-se o debate. É Lei. Vamos executá-la com sinceridade e espírito de colaboração. Se o tempo mostrar que ela está errada, emenda-la-emos. A experiência poderá ser considerada como coroada de sucesso, ao fim de 20 anos digamos (e o que são 20 anos?): a) se a Guanabara e os Municípios a ela integrados no esauema “Região Metropolitana” tiverem resolvido seus principais problemas de infra-estrutura notadamente transportes (inclusive metrô),

saneamento, educação, polícia, combate à poluição e desenvolvimento econômico; b) se o Estado do Rio (afora a Região Metropolitana) também apresentar sinais e índices favoráveis de desenvolvimento econômico de produtividade e de melhoria de padrão de vida de sua população (Gudin, *O Globo*, 07/07/1974).

Educação e desenvolvimento econômico

Convidada pelo governador Faria Lima para coordenar os trabalhos da equipe encarregada de planejar a pasta da Educação e Cultura, Myrthes de Luca Wenzel, Inspectora Federal de Ensino, autora de livros didáticos e professora com vasta experiência em educação, assume a responsabilidade de gerir o empreendimento educativo-cultural da fusão. Sob sua coordenação, a equipe monta a estrutura administrativa da nova Secretaria de Educação e Cultura fundamentada na descentralização, experimentação, no princípio racional da divisão do trabalho e a distribuição de funções pelo princípio da meritocracia. Essa estrutura, porém, deveria operar com modelos educativos distintos: o da antiga Guanabara, solidamente consolidado, nutrido de experiências sociais, culturais e antropológicas diversas que alimentaram, durante anos, o debate pedagógico no país e, o do antigo Estado do Rio de Janeiro, fragmentado, disperso entre a cidade e o campo. Efetivamente, será para este último modelo que se voltará



a ação da Secretaria de Educação, a fim de transformar e organizar o seu sistema de ensino.

A fragilidade da educação fundamental no antigo Estado do Rio de Janeiro é um desafio para o governo que surge após a fusão. Como enfrentá-lo, no momento em que o atendimento à escolaridade obrigatória, ampliada para oito anos, ainda não contemplava sequer as quatro primeiras séries do ensino de 1º grau?⁴

Em sintonia com o I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado, a programação setorial responsável pelo crescimento educacional e cultural da nova unidade federativa define como finalidade principal integrar à vida comunitária os maiores contingentes possíveis de população. Em seu discurso de posse na Secretaria de Educação e Cultura, a professora Myrthes aponta para a "integração das diferenças" e afirma: "A cultura da comunidade é a energia que ativa a vida da escola para, num processo reversivo, vir a realimentar a dinâmica da própria comunidade" (1975, p.13). Integração, no sentido de congregar o diferente, significava aproximar municípios, com vocações cultural e economicamente distintas, numa enriquecedora troca de experiências.

Para conhecer a realidade educacional dos municípios, a Secretaria estabeleceu convênios com a PUC/Rio para realizar o censo escolar, concedeu ao Laboratório de Currículos atribuição para investigar a situação

de cada nível de ensino, desde o pré-escolar até o ensino médio, e inaugurou um tipo de administração itinerante, percorrendo todo o Estado do Rio de Janeiro.

Depois de visitar 64 escolas de 23 municípios em 40 dias, a secretária conheceu a realidade das escolas estaduais, cujas imagens do absurdo foram registradas pelo *Jornal do Brasil*, em uma série de reportagens sob o título "RI: Educação em Estado de Calamidade Transforma Escola em Fábrica de Marginais".

Atrás dos arames farbados e dentro de prédios prestes a desabar, galinheiros, chiqueiros e depósitos, professores muitas vezes despreparados e desestimulados dão aulas que 70% das crianças não conseguem entender. Ouase ninguém sabe o que ensinar. Muitos poucos têm condições de aprender. De quase nada valem os extremos sacrifícios da maioria dos 37 mil professores que após atravessar pântanos, subir serras ímprobas e gastar a maior parte de seu ínfimo salário na própria escola, transmitem às crianças um mundo irreal e traumatizante. Comer carne, vestir-se bem, tomar leite, andar calçado, ter higiene são alguns dos abelos feitos aos alunos, na maioria à beira da miséria. (...) É nessa situação que se encontram pelo menos sete em cada 10 escolares da rede oficial do antigo Estado (Jornal do Brasil, Caderno B, 01/09/1975).



Na zona rural, o “estado de calamidade” da educação foi gravado pelos repórteres:

Uma realidade durante anos camuflada em falsas estatísticas, escondida atrás das paredes cinzas e tristes dos prédios, revela um Estado que apesar de ser o segundo mais rico não difere muito dos mais pobres. (...) O êxodo rural pulverizou ainda mais as populações do interior, tornou-as muito rarefeitas. Nesse contexto se inserem as escolas isoladas, que visam atender aos mini-núcleos esparsos, em locais geralmente afastados dos meios modernos de comunicação e transporte. Como a escola para funcionar precisa ter um número mínimo de alunos que justifique sua existência, ela não pode se aproximar adequadamente de todos os alunos escolares para lhes facilitar o acesso, porque a população é muito esparsa. As crianças que têm de ir a elas. Por isso, os alunos dessas áreas talvez sejam os mais sacrificados do Estado. (...) precisam, na maioria dos casos, caminhar de sete a 10 quilômetros, inclusive subindo e descendo serras, para no fim de algumas horas chegar à escola (Jornal do Brasil, 1º/09/1975).

A falta de escolas e a precariedade das existentes fabricaram salas de aulas onde alunos e professores compartilhavam o mesmo espaço improvisado “entre o boi e a galinha”, sem teto nem assoalho, nem janelas. Uma de suas salas era um misto de

galinheiro e depósito de milho; a outra, uma garagem de carros-de-boi.

O chão é de barro batido. Como não há janelas a professora não pode dar aula se lhe faltar dinheiro para comprar o gás dos lâmpões usados para iluminar as duas salas. No galinheiro ficam o primeiro e o terceiro anos. Na garagem dos carros de boi estão os alunos da segunda série. A professora também dá as aulas simultaneamente. A toda hora, ela interrompe o ditado no galinheiro e corre para tomar a lição na garagem dos carros-de-boi (Jornal do Brasil, 1º/09/1975).

No perímetro urbano a situação não era diferente:

(...) em Cantagalo – uma cidade que se considera rica após a descoberta de calcário e a instalação das fábricas de cimento – 40 crianças da primeira série têm aula sem teto, janelas, paredes, assoalho. Só as carteiras, a professora e o quadro-negro. Na frente uma bitombeira. Em cima, o sol. Atrás uma curva sinuosa da estrada, com a placa de trecho perigoso (Jornal do Brasil, 1º/09/1975).

Diante desse quadro desolador e, para enfrentá-lo, foi montada a estrutura administrativa da nova Secretaria de Educação e Cultura, fundamentada em princípios de regionalização, descentralização e experimentação, por intermédio do





modelo administrativo pedagógico dos Centros e Núcleos de Educação, Cultura, Trabalho e Lazer. Nesse modelo, a comunidade assume papel preponderante.⁵

Definidos como “complexos educacionais, culturais e ocupacionais, próprios para planificar e orientar a interação dos diversos grupos comunitários (...) através de um regime de troca de informações e experiências, de colaboração e de mútuo apoio, os Centros e Núcleos orientam-se pelo princípio da ação integrada com o objetivo de promover a melhoria do bem-estar de todos” (Rio de Janeiro–Estado, 1975, p.21).

Os centros e núcleos passam a ser responsáveis pela coordenação de atividades diversas das agências que promovem programas culturais, recreativos, sanitários e ocupacionais com vistas à melhoria e aprimoramento das relações sociais.

A descentralização administrativa permitiria dar uma nova perspectiva à educação no estado, reformulando o conceito de escola. A idéia era construir a “cidade educativa”,⁶ onde toda a comunidade estaria envolvida numa ação combinada com o objetivo de desenvolver social e culturalmente o complexo humano das grandes comunidades. A tarefa a ser cumprida: universalização do ensino de primeiro grau nas zonas urbanas e extensão das quatro primeiras séries a todos os alunos da zona rural.

Foram criados 16 Centros Regionais de Educação, Cultura e Trabalho e 58

Núcleos Comunitários de Educação, Cultura e Trabalho, em áreas estrategicamente escolhidas pelo Plano de Governo do Estado, com a finalidade de integrar atividades educativas com as áreas do trabalho, da saúde e do lazer. Pretendia-se implantar em alguns núcleos um Centro Interescolar, em área construída de 4.000 metros quadrados, com 20 salas de aula, laboratórios, oficinas, pavilhão de múltiplas atividades, auditório, biblioteca, quadras de esportes, piscina, administração, atendimento médico-odontológico, cozinha, refeitório e bosque.⁷

O primeiro núcleo de uma série de sessenta e quatro planejados para o Estado do Rio de Janeiro, foi inaugurado em setembro de 1975, no Centro de Exposições do Município de Cordeiro. A falta imediata de escolas para atender à população da zona rural levou a Secretaria de Educação a buscar soluções alternativas para esse problema. Sob o título “Estado do Rio vai utilizar parques de exposição para a profissionalização rural”, o *Jornal do Brasil* (05/06/1975) noticiou o lançamento do plano-piloto de aproveitamento dos parques de exposições agropecuárias como salas de aula para cursos de profissionalização rural.

Os parques de exposição funcionavam, no máximo, quatro semanas por ano: a partir daquele momento, a Secretaria de Educação passou a ocupar suas instalações.

O Núcleo Comunitário de Cordeiro abrigou o primeiro dos onze Centros Interescolares⁸ que a Secretaria de Educação,



em parceria com as secretarias de Agricultura e Saúde, pretendia implantar. Os custos para sua implantação foram de Cr\$ 900 mil, dos quais Cr\$ 300 mil foram aplicados nas obras de adaptação do Centro de Exposições Raul Veiga, com instalação de salas de aula, laboratórios, oficinas e equipamentos.

O Centro tinha como objetivo garantir no meio rural ensino de 1º grau, treinamento de mão-de-obra e assistência médico-odontológica. Atuando como Centro Interescolar, com capacidade para atender a 600 alunos, ficou conhecido como a Escola Experimental de Cordeiro e atendia aos alunos de oito municípios: Cordeiro, Cantagalo, Bom Jardim, São Sebastião do Alto, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, Duas Barras e Traiano de Moraes, oferecendo modalidades diferentes de estudos, integrados por uma base comum. Assim, as atividades de ensino das matérias do núcleo comum eram realizadas nas escolas de origem dos alunos, em um turno e, no segundo turno, esses alunos participavam das atividades de iniciação para o trabalho, esporte e cultura desenvolvidas no núcleo.

Para promover a interação com a comunidade, outras atividades faziam parte do programa da escola, tais como: programas de medicina preventiva e campanhas de nutrição; atividades de lazer: colônias de férias, espetáculos teatrais, folclóricos, musicais, práticas artesanais, ateliês livres de arte, jogos e competições esportivas. Oferecia

ainda, cursos de atualização e aperfeiçoamento e projetos de treinamento em serviço e de melhoria da mão-de-obra semiqua- lificada e qualificada, com o objetivo de infundir confiança nas comunidades mediante o ensino prático e o necessário en- contro, em regime de colaboração, entre a administração do estado e a população.

Os programas de apoio como o de merenda escolar - aplicado de forma contínua e ininterrupta-, e o do transporte escolar gratuito - a Secretaria de Transportes cedeu ônibus para o transporte escolar - foram indis- pensáveis ao desenvolvimento do projeto, pois eliminaram as longas distâncias que os alunos das zonas rurais tinham que per- correr diariamente para chegar às suas esco- las e garantindo sua presença na escola.

Mas, o que efetivamente faz de Cordeiro “uma escola diferente” é o seu caráter experimental. A escola de Cordeiro é o campo experimental do Laboratório de Currículos da Secretaria de Educação,⁹ órgão responsável pela formulação e imple- mentação de propostas de renovação pe- dagógica e de política educacional.

Enquanto órgão da Secretaria de Edu- cação e Cultura do Rio de Janeiro, coube ao Laboratório de Currículos realizar estudos que especificassem as necessidades do Sis- tema Estadual de Educação e Cultura, por meio de investigações que se constituíam ponto de referência para elaboração e exe- cução dos Planos Gerais de Educação do Estado. Coube-lhe, ainda, realizar estudos





para a reformulação dos currículos, elaboração de novas propostas metodológicas e o acompanhamento e avaliação do plano curricular do estado, ou seja, definir as diretrizes para a organização curricular.

A orientação metodológica assumida pelo Laboratório considerava a educação como fator preponderante para o desenvolvimento econômico e, assim sendo, deveria estar inserida no contexto geo-socioeconômico e cultural da comunidade.¹⁰ Por esta perspectiva, a organização curricular é prerrogativa da escola.

Do ponto de vista da teoria do conhecimento, a organização curricular fundamentava-se na epistemologia genética de Piaget. Assim, partiu-se do princípio de que a característica humana singular é a aquisição da capacidade de criar símbolos. Conhecer o funcionamento dessa capacidade simbólica é conhecer como o homem organiza seu mundo. Essa estruturação é um processo natural, cujo desenvolvimento a educação deve ativar no tempo próprio de cada indivíduo. Na teoria piagetiana, encontram-se explicitadas as estruturas linguísticas, as lógico-matemáticas, as espaço-temporais e as afetivas. O Laboratório de Currículos pretendia reorganizar a estrutura curricular das escolas, oferecendo-lhes uma série de atividades-modelo que transformassem essas estruturas e suas leis de composição em jogos. A linguagem lúdica foi adotada, uma vez que o jogo foi considerado o exercício pleno das estruturas vivenciais

(Rio de Janeiro—Estado, 1976, p.23). A Escola de Cordeiro foi transformada em laboratório para desenvolvimento dessas atividades-modelo com as quais pretendia-se reformular o currículo.

Desse modo, com a orientação desse Laboratório, foi elaborado o currículo da Escola de Cordeiro, depois de uma pesquisa que indicou os temas e a metodologia de ensino mais apropriados à região agro-pastoril. A parte das atividades específicas abrangia cursos de adubação, conservação do solo, cultura do milho, melhoramento da qualidade do arroz, horticultura, reflorestamento, operação de máquinas agrícolas, atualização em pecuária de leite, avicultura, criação de coelhos, técnicas em alimentação de animais, inseminação artificial, irrigação, educação para o lar, contabilidade simplificada e cooperativa.

A equipe multidisciplinar - constituída por profissionais das áreas de saúde, agronomia, veterinária, serviço social, economia e educação - num primeiro momento, procurou identificar os interesses e necessidades de setores específicos da comunidade, tais como ensino, higiene, alimentação, recreação e agricultura para, num segundo momento, elaborar e desenvolver o programa de ação. O trabalho da equipe de profissionais incluía contatos com autoridades e lideranças comunitárias por meio de cursos, demonstrações, palestras, reuniões e projeções de filmes educativos. As pautas das reuniões com os grupos comunitários eram



feitas por meio de discussão, estudos e soluções para os problemas da comunidade, programação em conjunto de todas as atividades a serem desenvolvidas, com especial atenção para as de extensão agrícola, campanhas de vacinação, cursos de enfermagem e de higiene e, principalmente, as atividades voltadas para o incremento da difusão cultural.

Com recursos do Salário-Educação, a Secretaria de Educação promoveu cursos de atualização para os professores da zona rural, elaborou material didático para os professores e alunos e introduziu o sistema de acompanhamento da experiência pelo Laboratório de Currículos.

No que se refere ao aperfeiçoamento de professores, tratou-se de criar a Fundação Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Educação e Cultura (CDRH) responsável pela Faculdade de Formação de Professores, pelo Centro de Educação Técnica e Centro de Ciências.¹¹

Operando com o conceito de escola-comunidade e para consolidar o modelo de descentralização administrativa, a Secretaria de Educação constituiu a Comissão de Assistência à Rede Escolar (Care)¹² que tinha a incumbência de desenvolver os trabalhos de recuperação, conservação e pequenas obras da rede escolar. Organizadas em todos os municípios do estado, a Care foi apresentada pela Secretária de Educação como “uma forma de vivenciar Moral e Civismo através da prática comunitária

voltada para a reconstrução e recuperação de escolas” (Wenzel, 1977, p.12), razão pela qual a Coordenação de Moral e Civismo assume papel de representante da Secretaria em todas as comissões criadas nos municípios.

Esse modelo dá organicidade à educação escolar do antigo Estado do Rio de Janeiro e tem inspiração em vertente do movimento da Escola Nova que já atuava na antiga Guanabara e que entendia a educação como direito de todos e dever do Estado.

De fato, a equipe montada sob a coordenação da Professora Myrthes trazia consigo a experiência vivenciada em alguns órgãos do Ministério da Educação, notadamente do Inep, na gestão de Anísio Teixeira, nos anos cinqüenta. A própria D.Myrthes fizera parte da equipe da Campanha de Livro Didático e Manuais de Ensino (Caldeme), campanha instituída pelo Inep destinada a dar assistência técnica aos professores. Contudo, ainda que participassem, nos anos cinqüenta, do mesmo movimento em prol da escola pública e das políticas cariocas desenvolvidas no interior da então capital da República, é possível identificar diferenças na maneira com que esses educadores compreenderam e lidaram com as relações políticas do novo Estado do Rio de Janeiro. Os compromissos essenciais tanto teóricos quanto práticos da equipe montada pela Professora Myrthes, no que se refere aos trabalhos de pesquisa, priorizam levantamentos de dados estatísticos, com o objetivo de caracterizar aspectos





quantitativos do sistema de ensino e, ainda, estudos sobre os processos de ensino, numa perspectiva de psicologia aplicada à educação, portanto, diferente da perspectiva antropológica orientadora das investigações desenvolvidas pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), nos anos cinquenta, sob a orientação de Anísio Teixeira.

Cabe ressaltar que o modelo administrativo-pedagógico que se tentou implantar na gestão Myrthes Wenzel entra em conflito com a prática da política clientelista do antigo Estado do Rio de Janeiro que transformava os direitos sociais em assistencialismo. Não é sem razão que toda essa estrutura seria gradativamente desmontada nos governos que se sucederam. Os embates entre as duas tendências educacionais provocam a constante substituição dos titulares da secretaria de educação e apenas dois secretários permaneceram quatro anos à frente de suas pastas, concluindo seus mandatos: os professores Myrthes Wenzel (1975-1979) e Arnaldo Niskier (1979-1983). Em vinte e nove anos de fusão, houve sete governadores e dezenove secretários de educação.

Considerações finais

Se vivo fosse hoje, Eugênio Gudin talvez escrevesse uma crônica para confirmar

sua convicção sobre a fantasia da construção do grande Estado único do Rio de Janeiro. De fato, não se pode afirmar que a fusão tenha resolvido os principais problemas de infra-estrutura do novo estado: transporte, saneamento, educação, segurança, combate à poluição e melhoria do padrão de vida de sua população.

Os embates entre capital e interior, política e missão, fusão e desfusão continuam alimentando o debate sobre a união dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Motta (2001, p.21) levanta a hipótese de que os pólos que estimularam esse debate nunca estiveram tão presentes como após a eleição do governador Anthony Garotinho em 1999, “talvez pelo fato de ser ele o primeiro governador do Rio de Janeiro oriundo do interior”.

Apesar de seu caráter aparentemente irreversível, a fusão permanece como um dos grandes temas em torno dos quais se travam conflitos na busca da definição dessa nova identidade política: somos todos fluminenses?

Parodiando Machado de Assis: “Um dia, quem sabe?”.



Referências Bibliográficas

- ASSIS, M. *Crônica d'A Semana*. Rio de Janeiro, s.ed., 1896.
- BORIA, C. A fusão é consenso. *O Globo*, 05/07/1974.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 5.692/1971.
- BRASILEIRO, A. M. *A fusão: análise de uma política pública*. Brasília: Ipea, 1979.
- CAMPOS, R. Finie la douceur de vivre. *O Globo*, 03/07/1974.
- EVANGELISTA, H. A. *A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: APERI, 1998.
- FARIA LIMA, F. Depoimento. In: MOTTA, M e SARMENTO, C.S. (Orgs.) *A construção de um estado: a fusão em debate*. Rio de Janeiro: ALERI/FGV, 2001, p. 28-37.
- FERREIRA e GRYSZPAN, M. A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro. In: *Revista brasileira de história*. São Paulo, 1994, p.74-100.
- FREIRE, A. Evento político e representação parlamentar: a fusão e os senadores da Guanabara e do Rio de Janeiro. In: FREIRE, A., SARMENTO, C.E. e MOTTA, M.S. (Orgs.) *Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ALERI/FGV, 2001, p.57-77.
- GUDIN, E. Sursum Corda. *O Globo*, 05/07/1974.
- . Burgo podre. *O Globo*, 05/07/1974.
- JORNAL DO BRASIL. Estado do Rio vai utilizar parques de exposição para a profissionalização rural. Edição de 05/06/1975.
- . Educação em estado de calamidade transforma escola em fábrica de marginais. Edição de 01/09/1975.
- . Escolas da rede estadual organizam os currículos com base nos municípios. Edição de 05/12/1976.
- . Educação ganha 60 ônibus para o transporte gratuito de alunos das zonas rurais. Edição de 11/04/1975.
- Cordeiro ganha centro para 600 estudantes. Edição de 07/09/1975.
- JORNAL O GLOBO. Mvrthes Wenzel: evasão escolar é problema trágico no Rio. Edição de 16/05/1975.
- LOBO, Y. *O empreendimento educativo-cultural da fusão: memórias de secretários de educação*. Rio de Janeiro: UERI/ UENF/FAPERI, 2001, [mimeo].
- MOTTA, M. S. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos. In: FREIRE, A., SARMENTO, C. E. e MOTTA, M. S. (Orgs.) *Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*.





- Rio de Janeiro: ALERI/FGV, 2001. p.19-56.
- RIFF, T. *O estado, a fusão e a Revisão Metropolitana*. Rio de Janeiro: FGV, 1995. [mimeo].
- RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Educação e Cultura. Educação para o desenvolvimento. Niterói: Imprensa Oficial do Rio de Janeiro, 1976. v.76.
- . Realizações 1975-1978, Perspectivas 1979. Rio de Janeiro: CDRH, 1979.
 - . CARE. Comissão de Assistência à Rede Escolar. Niterói: Imprensa Oficial do Rio de Janeiro, 1977.
 - . Regionalização: o processo de regionalização na área da educação e cultura. Niterói: Imprensa Oficial do Rio de Janeiro, 1975.
 - . Pro-Líder: Programa de Estudos para Líderes de Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1975.
 - . Guia de Organização Curricular. Laboratório de Currículos. Rio de Janeiro, 1983.
 - . Reformulação de Currículos. Síntese. Niterói: Imprensa Oficial do Rio de Janeiro, 1976.
- SANTOS, A.M.S.P. Economia fluminense: superando a perda de dinamismo? In: *Revista Rio de Janeiro*. n.8. Rio de Janeiro: UERI/NAPE/DEPEXT, 2002. p.31-59.
- WENZEL, M. L. A integração das diferenças. Discurso de posse no cargo de Secretária de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: Imprensa Oficial do Rio de Janeiro, 1975.
- XAVIER, L.N. Inovações e (des)continuidades na política educacional fluminense (1975- 95). In: FREIRE, A., SARMENTO C.E. e MOTTA, M.S. (Orgs.) *Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ALERI/ FGV, 2001. p.115-157.



Abstract – *Analysis is made of the historical contexts generating the creation of the Single great State of Rio de Janeiro, which comes into existence in 1975, with the merge of the Guanabara State and of the Rio de Janeiro State, as an imposition from the exception regimen going on in Brazil since 1964. We focus on the main arguments sustaining the construction of this new Federation unit, we point out its main cartographers, and we shed light on the building of the myth of a fabulous Rio de Janeiro State, a pole of economic development. We look over the role ascribed to education and to the administrative structure of the Education and Culture Secretariat, anchored on decentralization, on experimentation, on the rational principle of labor division and on the distribution of posts on the principle of merit. Despite its apparent irreversible character, the merge remains a conflict-ridden theme as the search for this new political identity continues.*

Keywords: *merge; Guanabara State; Rio de Janeiro State; public education in the new Rio de Janeiro State.*

Resumen – *Se estudian los contextos históricos en que se produjo la idea de creación de la gran Provincia unificada de Río de Janeiro, que surge en 1975 con la anexión de las provincias de Guanabara y de Río de Janeiro, impuesta por la dictadura vigente en Brasil desde 1964. Se plantean los principales argumentos que sustentan la construcción de esa nueva unidad de la Federación, se abuntan sus cartógrafos y se aclara como se erigió el mito de la fabulosa Provincia de Río de Janeiro, polo de desarrollo económico. Se examina el papel atribuible a la educación y a la estructura administrativa de la Secretaría de Educación y Cultura, fundamentada en la descentralización, en la experimentación, en el principio racional de la división del trabajo y en la distribución de funciones por el principio de la meritocracia. En que pese su carácter aparentemente irreversible, la fusión de las dos provincias permanece como uno de los temas sobre los que se articulan conflictos en la búsqueda de la definición de esa nueva identidad política.*

Palabras-clave: *anexión; Provincia de Guanabara; educación pública fluminense.*

Notas

¹ Os principais pontos da Lei Complementar nº 20, na parte relativa à fusão, são os seguintes: os dois estados passarão a se constituir em um só, com o nome de Estado do Rio de Janeiro, a partir de 15 de março de 1975; o Rio de Janeiro será a capital do estado; a Assembléia Constituinte se instalará a 15 de março de 1975, eleita em 15 de novembro de 1974; o governador será nomeado a 3 de outubro de 1974 pelo Presidente da República e tomará posse a 15 de março, quando terminam os mandatos de todos os atuais governadores; o prefeito do Rio de Janeiro será nomeado pelo governador do futuro estado e, enquanto não for eleita a Câmara de Vereadores, ele governará por meio de decretos-leis; o prefeito de Niterói será nomeado a 15 de março, com mandato até 31 de janeiro de 1977; a Região Metropolitana do Rio de Janeiro terá 14 municípios: Rio de Janeiro, Niterói, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Maé, Maricá, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, São Gonçalo, São João de Meriti e Mangaratiba.



- ² As reações contrárias à fusão mais contundentes mereceram destaques em jornais do Rio de Janeiro – *O Globo* e o *Jornal do Brasil*. Entre elas, destacam-se aquelas manifestadas por expressivas personalidades da área econômica e do jornalismo: Otávio Gouvêa de Bulhões, Roberto Campos, Eugenio Gudín, Barbosa Lima Sobrinho, Alceu Amoroso Lima, respectivamente.
- ³ Entre os políticos, principalmente os de oposição ao Governo (MDB), a fusão faria desaparecer suas expectativas em concorrer aos cargos de governador e prefeito da capital do novo estado e, ainda, da cidade de Niterói. O assunto foi matéria de primeira página do *Jornal do Brasil*, sob o título “fusão tira esperanças de prefeitura aos políticos” (17/06/1974), visto que, na implantação da nova unidade federativa, o governador e os prefeitos do Rio de Janeiro e de Niterói seriam nomeados, no período de 1975/1979.
- ⁴ Ao assumir a Secretaria de Educação e Cultura do novo Estado do Rio de Janeiro, D. Myrthes reconheceu que havia um déficit de 8 mil professores, 320 mil crianças sem escolas, sendo 60 mil na área metropolitana do Rio de Janeiro, o índice de evasão em torno de 81% (de 10 mil alunos que ingressavam na 1ª série do 1º grau, menos de 2 mil chegavam à 8ª série) e a precariedade das 2600 escolas da rede pública (as escolas, de um modo geral, apresentavam pisos arrebentados, rachaduras nas paredes, infiltração de água, algumas não tinham telhas, carteiras, água, aparelhos sanitários).
- ⁵ Os estudos para conhecer as particularidades da comunidade, antes de iniciar a ação educativa, introduziram uma nova abordagem com ênfase nos estudos culturais. O envolvimento da comunidade na discussão e elaboração de programas educacionais inaugurou, nos anos cinqüenta, uma estratégia de ação política em estreita relação entre o estado e a sociedade, entre cultura e política, como condição imprescindível para o progresso social. Na década de 1950 e no início dos anos 1960, estudos da realidade vivida pela comunidade e de sua percepção constituíram-se ponto de partida do processo de educação de adultos e de educação rural. Nos anos setenta, essa abordagem volta a emergir inspirando a política educacional do Governo da Fusão.
- ⁶ O projeto da cidade-educativa, de certa forma, reedita o da cidade-laboratório dos anos cinqüenta, programa do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Inep, na gestão Anísio Teixeira, que entendia a cidade como laboratório, isto é, campo permanente para pesquisas de interesse para o esclarecimento e solução de problemas educacionais, de modo que os resultados das investigações sucessivas não apenas se somassem uns aos outros, mas também fossem possíveis de constante revisão, reordenação e sistematização. Consultar, a esse respeito: NOGUEIRA, Oracy: “Projeto de instituição de uma área laboratório para pesquisas referentes à educação”. In *Revista Educação e Ciências Sociais*, Ano II, vol. 2, n. 6, novembro de 1957.
- ⁷ O projeto do Centro Interescolar guarda semelhanças com o Centro Educacional Carneiro Ribeiro da Bahia, tal como o concebeu Anísio Teixeira nos anos cinqüenta, e é muito mais amplo – em dimensões físicas e pedagógicas – do que o do Centro Integral de Educação Pública (Ciep) idealizado por Darcy Ribeiro nos anos oitenta, no Rio de Janeiro.
- ⁸ A Lei nº 5.692/71 que reformulou o ensino de 1º e 2º graus estabeleceu alternativas para organização do ensino, entre elas, a organização de centros interescolares que reunissem serviços e disciplinas ou áreas de estudos comuns a vários estabelecimentos (Art. 3º, letra c). D. Myrthes usa a expressão, porém, dando-lhe conteúdo próprio, próximo do que se fez na Bahia, pois o Centro Interescolar de Cordeiro reúne atividades da escola-parque, que complementavam as de escola-classe dos alunos.
- ⁹ Nos anos cinqüenta, o Inep fez da Escola Municipal Guatemala sua escola experimental nº 1, ou escola-laboratório, com o objetivo de construir um novo currículo escolar que se adequasse às novas exigências de uma sociedade urbana em desenvolvimento. De certa forma, o Laboratório de Currículo assume o papel então desempenhado nos anos cinqüenta pela Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério do Inep, como principal órgão da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela implementação da política educacional.
- ¹⁰ Para a elaboração do diagnóstico de cada Município do Estado do Rio de Janeiro para fins de planejamento educacional, procedia-se ao levantamento de dados primários e secundários, à tabulação, análise e interpretação desses dados.



O roteiro de entrevistas realizadas com pais, professores e pessoas da comunidade bem como o questionário do levantamento de dados podem ser consultados na publicação nº 76 "Reformulação de Currículos- Síntese", do Laboratório de Currículos.

¹¹ Trata-se da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo que, posteriormente, seria incorporada à UERJ. Já o Centro de Ciências pertencia à Secretaria de Educação da Guanabara (Cecieg), que, depois da fusão, passou para a administração do novo Estado do Rio de Janeiro.

¹² Essas comissões foram formadas nos municípios e eram constituídas por três representantes: um representante da Prefeitura, dois da Secretaria Estadual de Educação (o diretor do Núcleo Comunitário e o representante da Coordenação de Moral e Civismo). Na primeira fase de sua implantação, a Secretaria de Educação distribuiu 38 milhões de cruzeiros por todo o Estado do Rio.

